

Teoria da Região e Regionalização

Genésio José dos Santos



**São Cristóvão/SE
2010**

Teoria da Região e Regionalização

Elaboração de Conteúdo

Genésio José dos Santos

Projeto Gráfico e Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Neverton Correia da Silva

Ilustração

Lucas Barros Oliveira

Copyright © 2010 , Universidade Federal de Sergipe / CESAD.
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização por escrito da UFS.

**FICHA CATALOGRÁFICA PRODUZIDA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos. Genésio José dos
S237t Teoria da Região e Regionalização / Genésio José dos
Santos -- São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe,
CESAD, 2010.

1. Geografia. 2. Regionalização . I. Título.

CDU 911.37

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Chefe de Gabinete
Ednalva Freire Caetano

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Coordenador Geral da UAB/UFS
Diretor do CESAD
Antônio Ponciano Bezerra

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-coordenador da UAB/UFS
Vice-diretor do CESAD
Fábio Alves dos Santos

Reitor
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor
Angelo Roberto Antonioli

Diretoria Pedagógica
Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

Núcleo de Serviços Gráficos e Audiovisuais
Giselda Barros

Diretoria Administrativa e Financeira
Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)
Sylvia Helena de Almeida Soares
Valter Siqueira Alves

Núcleo de Tecnologia da Informação
João Eduardo Batista de Deus Anselmo
Marcel da Conceição Souza
Raimundo Araujo de Almeida Júnior

Coordenação de Cursos
Djalma Andrade (Coordenadora)

Assessoria de Comunicação
Edvar Freire Caetano
Guilherme Borba Gouy

Núcleo de Formação Continuada
Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Núcleo de Avaliação
Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)
Carlos Alberto Vasconcelos

Coordenadores de Curso
Denis Menezes (Letras Português)
Eduardo Farias (Administração)
Haroldo Dorea (Química)
Hassan Sherafat (Matemática)
Hélio Mario Araújo (Geografia)
Lourival Santana (História)
Marcelo Macedo (Física)
Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria
Edvan dos Santos Sousa (Física)
Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)
Janaína Couvo T. M. de Aguiar (Administração)
Priscila Viana Cardozo (História)
Rafael de Jesus Santana (Química)
Ítala Santana Souza (Geografia)
Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)
Vanessa Santos Góes (Letras Português)
Lívia Carvalho Santos (Presencial)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)
Arthur Pinto R. S. Almeida
Carolina Faccioli dos Santos
Cássio Pitter Silva Vasconcelos

Isabela Pinheiro Ewerton
Lucas Barros Oliveira
Neverton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE
Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

Sumário

AULA 1

A importância das correntes do pensamento geográfico
no construto da região e da regionalização..... 07

AULA 2

Um pouco da história do conceito de região 19

AULA 3

Organização espacial: uma reflexão necessária..... 31

AULA 4

As teorias da localização e do desenvolvimento regional..... 43

AULA 5

Diversidade territorial e Regionalização: Uma reflexão
conceitual53

AULA 6

A formação dos blocos regionais e de poder no
Espaço Mundial..... 61

AULA 7

O papel do estado e do planejamento no Brasil 73

AULA 8

As experiências de Regionalização no Brasil (I)..... 83

AULA 9

As experiências de Regionalização no Brasil (II)..... 97

AULA 10

As experiências de Regionalização no Brasil (III): o caso do
estado de sergipe..... 107

A IMPORTÂNCIA DAS CORRENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO CONSTRUTO DA REGIÃO E DA REGIONALIZAÇÃO

META

Rever as características básicas e mais marcantes de cada uma das principais correntes do pensamento geográfico (HPG), extraíndo, assim, os elementos originais presentes na base conceitual da região e da regionalização.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar a importância das correntes do pensamento geográfico no estabelecimento dos elementos componentes da base conceitual da região e da regionalização e dos princípios fundantes da Ciência Geográfica.

PRÉ-REQUISITOS

Ter cursado as disciplinas História do Pensamento Geográfico e Organização do Espaço Mundial.



Imagens de alguns dos principais responsáveis por algumas correntes do pensamento geográfico. Na figura 1: Paul Vidal De La Blache. Figura 2: Friedrich Ratzel. Figura 3: Carl Ritter. Figura 4: Richard Hartshorne.

(Fonte: Figura 1 :[http:// www.britannica.com](http://www.britannica.com), Figura 2: <http://upload.wikimedia.org>, Figura 3: <http://upload.wikimedia.org>, Figura 4: [http:// www.geography.wisc.edu](http://www.geography.wisc.edu))

INTRODUÇÃO

Quando você, caro(a) aluno(a), estudou a disciplina História do Pensamento Geográfico (HPG), teve a oportunidade de compreender como se deu todo o processo evolutivo da Ciência Geográfica, identificando e caracterizando cada momento histórico de organização e concretização dos princípios basilares da referida ciência. Como toda ciência no campo das humanidades, vários fatos, ideias e ações caminharam ora de forma concordante, ora discordante, mas sempre com o intuito de construir a ciência.

Diante disso, pôde perceber que os paradigmas e os conceitos presentes nos conteúdos dessa ciência passam necessariamente pelas correntes do pensamento geográfico. O que torna necessário destacarmos cada uma delas e suas respectivas características.

Para a realização deste estudo, tomamos como base as ideias do Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa, contidas em seu livro *Região e Organização Espacial* (1987), inclusive na eleição das correntes mais importantes, como: o determinismo ambiental, o possibilismo, o método regional, a nova geografia e a geografia crítica. Neste caso, é bom saber que esse não é um pensamento único e verdadeiro. Há outros autores, crenças e ideias que perpassam no contexto da referida eleição.

Segundo Corrêa (1987), essas correntes foram formalmente explicitadas a partir do final do século XIX, constituindo uma sequencia histórica de incorporações de práticas teóricas, empíricas e políticas que, sem excluir nenhuma delas, apresenta a cada momento um ou dois padrões dominantes. Para esse autor, também é possível perceber que elas estão fundamentadas na perspectiva da Geografia como um saber calcado em uma das seguintes abordagens: o estudo das relações homem-meio, o de áreas e os locais. Já historicamente, essas correntes se fundamentam em métodos distintos de entendimento e compreensão da realidade: o positivismo, tanto na sua versão clássica como na forma do positivismo lógico; o materialismo histórico e a dialética marxista, que fundamentam a chamada Geografia Crítica.

Mesmo com o caráter distinto de cada uma das referidas correntes, podemos dizer que “a Geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza. Não houvesse diferenciação de áreas, para usar uma expressão consagrada, certamente a Geografia não teria surgido” (CORRÊA, 1987: 8).

AS PRINCIPAIS CORRENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E O CONCEITO DE REGÃO

Na Introdução desta aula, fizemos uma reflexão sobre as correntes do pensamento geográfico. Agora, vejamos como essa reflexão poderá facilitar todo o processo de compreensão e assimilação das bases conceituais mais interessantes da Ciência Geográfica, já que é nossa meta abordar um pouco de cada uma delas.

Primeiro, vamos destacar algumas características do Determinismo Ambiental, que foi o primeiro paradigma a identificar a Geografia que emerge no final do século XIX, com a passagem do capitalismo concorrencial para uma fase monopolista e imperialista. Seus defensores afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas, como a variação da temperatura ao longo das estações do ano, são determinantes no comportamento humano, interferindo inclusive na capacidade de progredir desse ser humano.

Ao revermos o que já foi estudado, lembramos que a tese do Determinismo Ambiental tem como fundamento as teorias naturalistas de Lamarck sobre a hereditariedade dos caracteres adquiridos, e as de Darwin acerca da sobrevivência e da adaptação dos indivíduos mais bem dotados em face do meio ambiente. Estas teorias foram abraçadas pelas Ciências Sociais e Humanas como possibilidade de explicar a sociedade através dos mecanismos que ocorriam na natureza. O grande defensor das ideias naturalistas nessa área das ciências foi Herbert Spencer, filósofo inglês (século XIX).

No âmbito da Geografia, o Determinismo Ambiental tem como representante e divulgador das ideias naturalistas o geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Seu determinismo foi amenizado pela influência humanista de Carl Ritter, que o conduziu a criar a Geografia Humana, denominada Antropogeografia, marcada pelas ideias advindas das Ciências Naturais.

Na verdade, essa corrente do pensamento geográfico foi desenvolvida para justificar a expansão territorial através da

criação das chamadas colônias de exploração, principalmente no continente africano, e de povoamento nas regiões temperadas do globo, a serem ocupadas pelos povos britânicos e demais europeus. Por isso, Corrêa (1987: 10) afirma que “o determinismo ambiental configura uma ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem. Justificam, assim, o sucesso, o poder, o desenvolvimento, a expansão e o domínio”. Afirmção que nos permite perceber o estabelecimento de uma relação causal entre o comportamento dos seres humanos e a natureza, em que esta aparece como elemento determinante, gerando inclusive as chamadas Regiões Naturais.

Ratzel, engajado no projeto expansionista alemão, lançou mão do conceito de espaço vital, que corresponde ao território que representaria o equilíbrio entre a população ali residente e os recursos disponíveis para as suas necessidades, definindo e relacionando, deste modo, as possibilidades de progresso e as demandas territoriais. Em outras palavras, o espaço vital está contido de forma implícita na organização espacial, delimitando, no campo do capitalismo, parte da superfície da Terra organizada pelo capital e pelo Estado Capitalista, extensão que se tornou necessária à reprodução desse espaço. É a mesma coisa que espaço do capital.

A segunda corrente a ser estudada é o Possibilismo, que surge na França no começo do século XX e nos Estados Unidos na década de 1920, como forma de contrapor-se ao Determinismo Ambiental. Semelhantemente a esta corrente, o Possibilismo destaca a importância das relações entre o homem e o meio natural, mas sem considerar a natureza como determinante do comportamento humano. Está clara a oposição do possibilismo francês ao determinismo alemão por motivos políticos visíveis. Ao contrário da Alemanha, unificada em 1871, a França já era França há muito tempo.

Na França, a revolução burguesa tinha acontecido de forma mais completa, extinguindo os resquícios feudais, ainda

presentes na Alemanha. Em se tratando da conotação política estabelecida pelo Possibilismo, a Geografia francesa teria de cumprir simultaneamente os seguintes papéis:

- a) Desmascarar o expansionismo alemão (germânico), criticando o conceito de espaço vital;
- b) Abolir qualquer forma de determinação, da natureza ou não, adotando a idéia de que a ação humana é marcada pela contingência;
- c) Enfatizar a fixidez das obras humanas, criadas através de um longo processo de transformação da natureza.

Segundo Paul Vidal de La Blache, mestre do Possibilismo, as relações entre o homem e a natureza eram bastante complexas. Para ele, a natureza foi considerada como fornecedora de possibilidades para que o homem a modificasse: o homem é o principal agente geográfico. Com essa visão possibilista, esse geógrafo redefine o conceito de gênero de vida herdado do Determinismo Ambiental, conforme afirma Claval (1974): “trata-se não mais de uma consequência inevitável da natureza, mas de um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis”. (in CORRÊA, 1987: 13).

Para La Blache, a paisagem geográfica tem ainda uma extensão territorial e limites identificáveis, e por isso a região é a expressão espacial da ocorrência de uma mesma paisagem geográfica. Portanto, como o objeto da Geografia Lablachiana é a região, esta Geografia confunde-se, então, com a Geografia Regional.

A terceira corrente a ser estudada é o Método Regional, que surge como oposição às duas correntes anteriores. Nele, a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas a partir da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. Sendo assim, esse método focaliza o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da Geografia.

Embora o Método Regional tenha sido estudado e trabalhado

conceitualmente desde o século XVII, com Varenius, foi só a partir dos anos 1940, sobretudo nos Estados Unidos, que a tradição de estudos de áreas assume expressão. No centro da valorização desse método está o geógrafo norte-americano Richard Hartshorne, que valoriza e redimensiona o referido paradigma. Para este, o cerne da Ciência Geográfica é o regional, que busca a integração entre fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre. Fenômenos estes que apresentam um significado geográfico, isto é, contribuem para a diferenciação de áreas. Nesta proposição ele não adota a região como objeto da Geografia, dando importância ao método de identificar as diferenciações de áreas, que são resultantes de uma integração única de fenômenos heterogêneos.

A quarta corrente a ser estudada é a Nova Geografia, que surge após a 2ª Guerra Mundial (década de 1950) e acontece no contexto da recuperação econômica da Europa e da “guerra fria”, envolvendo maior concentração de capital e progresso técnico, resultando na ampliação das grandes corporações já existentes. Essa Geografia tem papel ideológico a ser cumprido, pois se torna necessário justificar a expansão capitalista, escamotear as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas, assim como dar esperanças aos “deserdados da terra”, acenando com a perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazo: o subdesenvolvimento é encarado como uma etapa necessária, superada em pouco tempo.

Ela nasce de forma simultânea na Suécia, na Inglaterra e nos Estados Unidos, sendo usada, neste último, como uma crítica à Geografia hartshorniana. Adota uma postura bastante pragmática que é associada à difusão do sistema de planejamento do Estado Capitalista, e o método positivista lógico como método de apreensão do real, assumindo, assim, uma pretensa neutralidade científica e também política.

O fato de empregar técnicas estatísticas, dotadas de maior ou menor graus de sofisticação, a utilização da geometria exemplificada com a teoria dos grafos, o uso de modelos normativos,

a adoção de certas analogias com as ciências da natureza e o emprego de princípios da economia burguesa caracterizam o arsenal de regras e princípios adotados por essa geografia, que ficou conhecida também como Geografia Teorética ou Geografia Quantitativa.

Nessa nova forma de pensar a Geografia, a discussão sobre região corresponde a uma crítica aos conceitos derivados do Determinismo Ambiental e do Possibilismo. É nesse contexto que o conceito de Organização Espacial tem todas as condições para aparecer na Nova Geografia e aí esse conceito passa a ser entendido como padrão espacial resultante de decisões locacionais, privilegiando as formas e os movimentos sobre a superfície da Terra (interação espacial).

Em nosso país, essa corrente do pensamento geográfico obteve atenção especial no Departamento de Geografia de Rio Claro (UNESP) e no Departamento de Estudos Geográficos do IBGE. Foi a partir disso que surgiram estudos de tipologia e divisão regional na concepção estudada até então e também os principais periódicos que tratavam do método desenvolvido pelos seus adeptos: o Boletim de Geografia Teorética e Geografia, editados em Rio Claro (SP), e a Revista Brasileira de Geografia, editada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), especialmente na década de 1970.

A quinta e última corrente a ser estudada é a Geografia Crítica, surgida na década de 1970, que traz consigo a necessidade de se repensar o conceito de região, lançando mão de questionamentos à Geografia Tradicional e à Nova Geografia. Essa corrente está fundada no materialismo histórico e na dialética marxista, por isso assume o caráter revolucionário para romper com as posturas empiristas que tão bem caracterizavam as definições de La Blache e dos estudiosos da chamada Nova Geografia

Segundo Aluizio Duarte (CORRÊA, 1987: 41), a partir do materialismo histórico e da dialética marxista, diversos pesquisadores introduziram, na década de 1970, novos conceitos visando a uma definição para a região. Assim, consideram-se

o conceito de região e o tema regional sob uma articulação dos modos de produção, como faz Lipietz; através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, conforme é o caso de Villeneuve; por meio das relações entre o Estado e a sociedade local, mostradas por Dulong; ou então, introduzindo a dimensão política, conexão de Francisco de Oliveira (1981) ao fazer a elegia do Nordeste do Brasil.

Duarte tem duas proposições sobre a região:

1^a.) uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social, capaz de opor resistência à homogeneização da sociedade e do espaço pelo capital monopolístico e hegemônico;

2^a.) regiões são espaços onde existe uma sociedade que realmente dirige e organiza aquele espaço.

Percebemos, a partir daí, que há uma tentativa de inserir o conceito de região em um quadro teórico amplo que permita dar conta da diversidade da superfície da Terra sob ação humana ao longo do tempo. Esse quadro proposto por Trotsky consiste na Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, cuja dimensão espacial se verifica através do processo de regionalização, ou seja, de diferenciação de áreas.

Tendo em vista a compreensão das conexões entre a lei em pauta e o conceito de região que dela surge, Corrêa (1987) aponta dois aspectos interligados para os quais é preciso atentar. O primeiro deles se refere à gênese e à difusão do processo de regionalização, e o segundo, aos mecanismos nos quais o processo se realiza.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si, mas também as partes componentes de cada um deles, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas. A região pode ser vista como resultado dessa lei, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produções distintas.

CONCLUSÃO

A título de conclusão desta nossa primeira aula, podemos elencar algumas situações:

1^a.) Não há como compreender a criação e a evolução do conceito de região sem recorrer às correntes do pensamento geográfico.

2^o.) A cada novo momento histórico da Ciência Geográfica, novos elementos vão sendo incorporados advindos da evolução do pensamento científico geral.

3^o.) Nesse contexto, podemos perceber que o estudo do conceito de região ainda é algo de fundamental importância para a Geografia e para a sociedade contemporânea, tanto mundialmente como nacionalmente.

A partir desse quadro sintético e analisando o que está posto em cada uma das correntes do pensamento geográfico, podemos concluir que a base conceitual de região esteve sempre no centro de debates que ainda hoje animam as discussões epistemológicas da Geografia. Quer seja uma Região Natural, quer seja uma Região Geográfica, sempre será estudada e revisitada, independente da posição ideológica ou política de cada estudioso ou pesquisador.

Segundo Thomas Kun (in CASTRO, 1994), toda ciência funda-se a partir de um modo de conceituação capaz de criar unanimidade, ou seja, um paradigma. Trata-se de uma maneira comum de ver as coisas, de apresentá-las, o que permite explicar a maior parte dos resultados das experiências ou das investigações.

Castro (in LAVINAS; CARLEIAL; NABUCO, 1994: 156), por sua vez, completa o pensamento anterior dizendo que “o paradigma distingue-se, portanto, por seu poder explicativo, pelo número de problemas tratáveis, pelo número de questões resolvidas, o que promete progresso rápido e cumulativo no conhecimento. Porém, quando o paradigma, ele mesmo, se torna OBJETO de reflexão e discussão, existe uma crise”.

Por essa razão, percebemos em todo o decorrer deste conteúdo que as arestas ainda não foram aparadas, principalmente quando se trata da base conceitual de região e da construção do paradigma em cada momento histórico e evolutivo do pensamento geográfico. Acreditamos ser bastante saudável esta possibilidade de construção permanente das bases conceituais e paradigmáticas em nossa ciência, até por conta de sua idade como ciência humana e social.



RESUMO

Nesta primeira aula, verificamos que é importante conhecer mais detalhadamente a construção das bases conceituais estabelecidas em cada uma das correntes do pensamento geográfico, e que nas correntes estudadas neste conteúdo, mesmo que de forma mais ou menos intensa, sempre houve preocupação com o estabelecimento de elementos constantes no conceito de região. Essas correntes estão calcadas em princípios estabelecidos diretamente pela influência das Ciências Naturais em seu primeiro momento e, posteriormente, das demais Ciências, principalmente, das Ciências Humanas e Sociais. As correntes citadas foram: Determinismo Ambiental, Possibilismo, Método Regional, Nova Geografia e Geografia Crítica, que estão fundamentadas nas seguintes abordagens do saber geográfico: o estudo das relações homem-meio, o de áreas e os locais, criando fatos e elementos concretos e abstratos para a composição conceitual e paradigmática da referida ciência.



ATIVIDADES

Recomendamos um aprofundamento deste conteúdo a partir da visão de outros autores e neste momento indicamos a leitura do artigo “REGIÃO: UMA BUSCA CONCEITUAL PELO VIÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL DA SOCIEDADE”, de Júlio César RIBEIRO e Marcelino Andrade GONÇALVES, publicado na Revista Terra Livre, Vol. 17, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, intitulada PARADIGMAS DA GEOGRAFIA, Parte II, São Paulo, 1986.

É interessante que seja feito um fichamento (conforme modelos estabelecidos nos livros de Metodologia Científica) deste artigo que servirá de base para o entendimento do que está posto.

COMENTÁRIOS SOBRE AS ATIVIDADES

A esta altura do Curso de Licenciatura em Geografia, na modalidade a distância, várias disciplinas já foram estudadas, outras não, pois tudo depende da disposição e disponibilidade de tempo de cada aluno. Por isso, gostaríamos de dizer que “tempo é uma questão de preferência”, e cabe a você decidir o que é importante para a sua vida neste momento. Estudar deve ser uma prioridade para todos aqueles que quiserem dar uma qualidade de vida decente para si. A destinação de um tempo para estudar cada conteúdo, cada disciplina, dependerá exclusivamente de você, caro(a) aluno(a).

Além do artigo indicado, outros tantos estão à disposição, seja em livrarias, seja em bibliotecas especializadas. Com a finalidade de fixar este conteúdo inicial sobre a construção histórica, acadêmico-científica e até ideológica do conceito de região, recomendamos a você os seguintes livros: Geografia: conceitos e temas, organizado por Iná Elías de CASTRO, Paulo Cesar da Costa GOMES e Roberto Lobato CORRÊA, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (PP 49-76) e Região: uma (Re)visão historiográfica – da Gênese aos novos paradigmas, de Meri Lourdes BEZZI, Santa Maria (RS): editora UFSM, 2004. Ambos estão nas estantes da Biblioteca Central da UFS (BICEN), no Campus de São Cristóvão, mas também podem ser adquiridos nas livrarias especializadas. LEIA. A leitura bem feita liberta-nos de muitas amarras, inclusive a da ignorância.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, faremos um estudo que compreende cada momento da historiografia do conceito de região e buscaremos entender as ferramentas necessárias para o ato de regionalizar. Quais são os aspectos mais importantes na determinação de uma região? Que tipos de região foram criados a partir dos paradigmas estabelecidos pelas diversas correntes do pensamento geográfico? São algumas das questões que poderão ser esclarecidas a partir da próxima aula.





AUTOAVALIAÇÃO

Depois de ter lido todo o conteúdo posto nesta primeira aula, será que sou capaz de elencar as características mais importantes estabelecidas em cada uma das correntes do pensamento geográfico? Se isto não aconteceu, por quê? O que faltou?

Será que tive disposição suficiente para ler o que está posto e recomendado? O conteúdo ajudou-me no esclarecimento de questões obscuras sobre a temática?

Será, que pelo menos, compreendi a importância dessas correntes para o entendimento das diversas questões estabelecidas nas demais disciplinas deste curso?

REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**, 2ª. Edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.